

AO APOSTAR NA FORMAÇÃO DE QUADROS COXOS

# Governo financia fragilidade do Estado

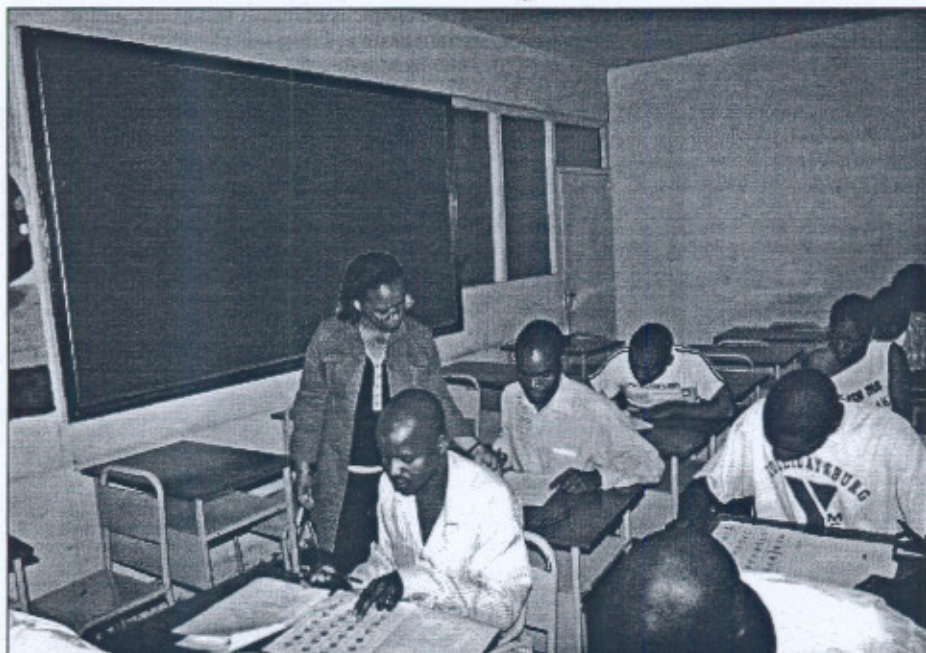
JHOKKER AZIZZ

Depois de em 2004 ter introduzido a política de passagens (semi) automáticas no nível primário, uma política duramente criticada por vários quadrantes de opinião por estar despojada de exigência técnica, o Governo cedo se apressou a acatar novas ordens dos doadores externos (centradas nos seus próprios interesses neo-coloniais do que realmente nas suas propaladas ajudas ao desenvolvimento dos povos "empobrecidos") e introduziu os modelos 10<sup>a</sup> + 1 ano e 12<sup>a</sup> + 1 ano para a formação de professores primários, em substituição dos anteriores 10<sup>a</sup> + 2 anos e 12<sup>a</sup> + 2 anos.

Trata-se de políticas "cortamato" centradas na necessidade de formar maior número de professores em tão reduzido tempo e dinheiro, o que vai fragilizar o próprio Estado que cedo se verá repleto de quadros defeituosos e incompetentes. Na verdade, esse é o interesse último dos doadores que, aliás, advogam ser muito dispendioso ao Estado pagar bacharéis ou licenciados do que sustentar professores básicos ou médios, deixando a nu não estarem interessados em garantir qualidade na formação do homem do amanhã. Importa-lhes, isso sim, fazer a sua imagem patronal perante o Governo e manter a sua hegemonia no seio dos países pobres, usando como isca esse apoio que, como ficou dito, mais prejudica do que ajuda, e perpetuando a dependência do Estado.

Ao aceitar estas imposições e apostar no dito novo modelo de formação de professores primários, o

As apregoadas "reformas" do sector de Educação em Moçambique enfrentam um enorme vazio qualitativo no que diz respeito à formação de professores primários. As instituições de Breton Woods, patroas dessas iniciativas, as mesmas sobre quem pesa a responsabilidade de terem apadrinhado a falência da indústria nacional, pretenderam, agora, financiar um abismo de ignorância das novas gerações de Moçambique, ante o olhar cúmplice das autoridades governamentais.



As reformas do sector de Educação enfrentam um enorme vazio qualitativo no que diz respeito à formação de professores primários

governo votou o país para um recuo incomensurável, em termos de desenvolvimento de educação em Moçambique. Trata-se, em última análise, de uma aceitação paradoxal em relação ao discurso político actual de que "o país não pode desenvolver com um povo analfabeto", o qual peca por não empolar a outra verdade subjacente de que tal será igualmente impossível com um povo semi-analfabeto, como serão as gerações formadas no contexto das "reformas" de

que o governo se orgulha.

De resto, como refere Carlos Mussa (Doutorado em História pela Universidade de Poitiers, França, e docente há mais de 30 anos), o novo modelo de formação de professores mostra-se inexecutável no contexto da Integração Regional, por exemplo, em que "na maioria dos países da região da SADC os professores primários são geralmente bacharéis". Mussa questiona se de facto "estaremos em altura de competir com esses países no que diz respeito à circulação

da massa pensante na região de que tanto se fala".

O que realmente vai acontecer, nesse sentido, é a existência de dois pólos de quadros: os do centro e os da periferia.

Estes últimos serão o produto original das políticas "corta-mato" adoptadas pelo governo de Moçambique.

O governo, ao primar pela formação de quadros coxos está a colocar empecilhos às suas próprias estratégias de desenvolvimento, agravando, por consequência, as desigualdades

sociais, justamente porque se Moçambique estiver desprovido de quadros qualificados, numa altura em que os países vizinhos apostam numa formação qualitativa e quantitativa, cedo se verá "assaltado" pela grande oferta que tais países vão proporcionar, acrescendo o desemprego e o desespero dos nacionais.

Esta visão, aliás, partilhada pela fonte que temos vindo a citar, espreita ser uma realidade em Moçambique, a olhar pelo incómodo défice qualitativo

dos graduados que hoje saem das nossas universidades, facto que já mereceu explicações de vária ordem, algumas das quais muito ocas sob ponto de vista do seu conteúdo, chegando-se mesmo a imputar a culpa a questões curriculares, quando é bem sabido que tais quadros são edifícios sem alicerces, devido à (de) formação inicial por que foram auspiciados.

É verdade que o currículo exerce alguma influência no problema, como é o caso do novo modelo de ensino primário em vigor no país, centrado na fusão de disciplinas, em que se junta, por exemplo, História e Geografia, e se chama de Ciências Sociais, facto que, como refere Mussa, "constitui uma grande aberração".

O perigo claramente patente nesta "politique" é de que os professores que dão tal cadeira ou ensinam mais História ou mais Geografia, consoante as suas faculdades e nunca o que se convencionou chamar-se de Ciências Sociais.

Assim sendo, os alunos saem com um défice que se reflecte nos níveis subsequentes.

O governo deve ter punho para rejeitar políticas *ad-hoc* e atrofiadas, e tem o dever de devolver a cada nível de ensino o papel que lhe é merecido, pois, diferentemente do que se tem tentado veicular, "a Universidade não está para corrigir erros de oratória, mas para dar competência ao estudante, por forma a que este aprenda a pensar criticamente para solucionar problemas reais", sustenta Mussa. Z

ESPAÇOS PARA CRIANÇAS

# Visão Mundial lança campanha

Sob o lema "Proteger a criança é garantir o futuro", foi lançada uma campanha a favor da criação de espaços de diversão para crianças, que tendem a desaparecer para dar azo em certos locais a criação de barracas e armazéns. A iniciativa liderada através de voluntários, crianças e jovens com visão pertencentes à Visão Mundial.

A Visão Mundial, uma organização não-governamental cristã, lançou em Maputo, no dia 1 de Junho, através da sua rede de voluntários denominada **criança e jovens com visão**, uma campanha a favor da criação de espaços de diversão para a criação de espaços de diversão para a pequenada, e a mesma escalou a semana finda a Escola Primária do Alto Maé

com o intuito de angariar petições a favor desta causa.

Segundo Omar Ali Mosé, da Visão Mundial e um dos impulsionadores desta iniciativa, o que se pretende é a criação de espaços de diversão para a pequenada visto que tendem a desaparecer espaços para tal. Muitos parques infantis, jardins, campos de férias desapareceram para dar azo a



Omar Ali Mosé

empresas ou mesmo para dar lugar a barracas. Neste

momento os jovens com visão têm-se desdobrado em

esforços para angariar mais petições a favor da criança

através da feitura de desenhos pela pequenada que depois são assinados.

Na Escola Primária do Alto Maé, onde esta campanha escalou, as crianças reclamaram a falta de programas nas televisões. Segundo nos deu a conhecer Omar Mosé, a ideia era de expandir esta iniciativa a nível nacional, mas isso não é possível de momento devido a exiguidade de meios, para suportar os custos da mesma nas províncias. Mais adiante Omar disse que o objectivo desta campanha é alertar a sociedade civil do perigo que isso representa.

s Muiança